

EM 17/08/2017


Aprovado

por unanimidade

Milioni & Milioni

ADVOGADOS

END. 04912017



COMISSÃO DE DIREITO DO TRABALHO



Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2017.

OBJETO: Projeto de Lei nº 6704-A de 2016, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal Laércio Oliveira, que extingue a exigência do depósito recursal no Processo do Trabalho, para as microempresas e empresas de pequeno porte

Ao Exmo. Sr.

Dr. Tércio Lins e Silva Presidente do

Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB

Senhor Presidente;

DD. Consócios;

Senhoras e Senhores:

PARECER

Trata-se de parecer a mim solicitado pelo Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Direito do Trabalho do IAB, Dr. Daniel Apolônio, referente ao Projeto de Lei nº 6704-A de 2016, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal Laércio Oliveira.

O referido Projeto de Lei, ora denominado simplesmente de PL, *extingue a exigência do depósito recursal no Processo do Trabalho, para*



Milioni & Milioni

A D V O G A D O S

as microempresas e empresas de pequeno porte, sob a justificativa abaixo resumida, extraída do texto do PL:



“Os depósitos prévios exigidos para a interposição de recursos e ajuizamento de ação rescisória na Justiça do Trabalho são excessivamente onerosos para as microempresas e empresas de pequeno porte, significando na prática a impossibilidade de acesso à Justiça, pois tais valores tendem a ser muito altos em comparação ao capital de giro necessário à estabilidade financeira da entidade.”

É o resumo essencial.

O depósito recursal é previsto no Processo do Trabalho e, segundo Éllison Miessa, constitui “... pressuposto recursal extrínseco destinado a garantir o sucesso de futura execução.”¹

Em linhas gerais, notadamente para aqueles que não são afetos a literatura trabalhista, pode-se sistematizar o depósito recursal da seguinte forma:

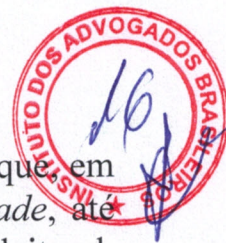
(1) para a interposição de recurso é necessário o depósito recursal; (2) exige-se o depósito apenas em ações pecuniárias (Súmula 161 do TST); (3) o depósito, em regra, somente é exigido do empregador ou do corresponsável (exemplo: tomador dos serviços); (4) o valor máximo do depósito é previsto pelo TST (recurso ordinário – R\$ 9.189,00; recuso de revista ou de embargos R\$ 18.378,00; recurso em ação rescisória R\$ 18.378,00); (5) há recursos que não exigem o depósito (exemplo: embargos de declaração); (6) estão dispensados do depósito, dentro outros, o MP, a massa falida, o empregado, entes públicos de direito interno e externo.

A Lei 13.647 de 2017, denominada “reforma trabalhista”, alterou parte da sistemática então existente, e *reduziu pela metade* o valor do depósito recursal para as entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, bem como *isentou* do depósito os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial.

¹ Miessa, Éllison. Manual dos recursos trabalhistas: teoria e prática – 2.ed. rev. atual. e ampl. – Salvador: Ed. Juspodivm, 2016. p.161.

Milioni & Milioni

A D V O G A D O S



Pois bem, em relação ao PL em exame entendemos que, em tese, *inexiste qualquer vício formal ou material de constitucionalidade*, até mesmo porque a regra em nosso sistema processual (civil, eleitoral, administrativo, penal etc.) é a inexistência de qualquer depósito prévio para interposição de recurso.

Contudo, destaco que o depósito recursal exerce na prática forense importante mecanismo de controle, fazendo com que recursos meramente protelatórios, infundados, com chances remotas de sucesso não sejam interpostos, principalmente por litigantes habituais, o que, sob o meu ponto de vista, se traduz em avanço em termos de direito processual.

Some-se a isso o fato de que o valor do depósito, em caso de manutenção do julgado, servirá para alicerçar o adimplemento de futura execução, reduzindo, no todo ou em parte, o risco de insucesso no pagamento da dívida.

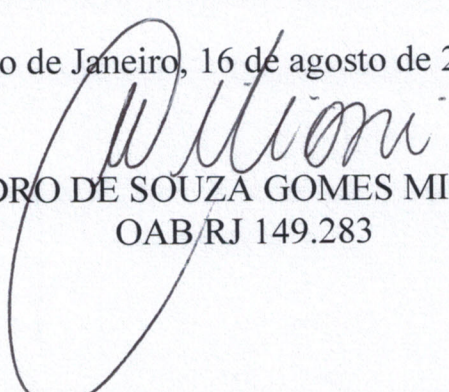
Saliento que a meu ver a “reforma trabalhista” tratou do tema de maneira mais razoável, proporcional e condizente com a realidade, não extinguindo o depósito para as microempresas e empresas de pequeno porte, mas sim reduzindo a metade a valor, ou mesmo extinguindo a exigência em caso de gratuidade de justiça.

Logo, como se vê, a recente “reforma” que sequer entrou em vigor criou mecanismos mais modernos e eficientes para amortecer e reduzir eventuais despesas processuais sem, contudo, afetar um sistema que há muito funciona de maneira eficaz, reduzindo o valor do depósito a metade e mesmo isentando do recolhimento os detentores da gratuidade de justiça.

Razões expostas, concluo e proponho a rejeição do Projeto.

É o parecer que submeto a debate no Plenário desta Casa.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2017.


PEDRO DE SOUZA GOMES MILIONI
OAB/RJ 149.283